

importância de posicionamentos em questões pontuais podem significar que os eleitores estão mais suscetíveis a retóricas polarizadoras, que apelam às emoções em detrimento da razão e do diálogo construtivo. De qualquer forma, antigos vínculos partidários se desfazem e novos se desenvolvem, novos movimentos se formam, imagens de movimentos e partidos novos vão se consolidando, e os cidadãos vão transitando entre a democracia representativa e modelos novos de participação digital. O contexto apresenta oportunidades únicas de pesquisar tais objetos de comportamento político.

3.3. Participação Cidadã

A democracia, mais que qualquer regime, demanda um cidadão ativo, pois é por meio da articulação de interesses, informações e deliberações que as preferências públicas podem se transformar em decisões coletivas legítimas. Regimes autocráticos também envolvem o público no processo político, pois também precisam considerar de alguma forma as necessidades da população.

Estudos empíricos relevantes nesse campo documentam diferentes níveis de participação cidadã entre as nações e destacam os modos de ação política. Verba e seus colegas (Verba, Nie e Kim 1978; Verba, Schlozman e Brady 1995) demonstram que várias formas de ação diferem em suas implicações políticas e nos fatores que estimulam os indivíduos a agir. Essa estrutura teórica dos modos de participação é a base comum da pesquisa sobre participação.

Após identificar os modos de ação, pesquisadores buscam explicar padrões de participação. Esse foi um tópico amplamente debatido pelas teorias racionalistas e sociopsicológicas do comportamento político. A abordagem racionalista formula as decisões de participação em termos simples de custo-benefício, como exemplificado pela Lógica da Ação Coletiva de Olson (1965). Dalton e Klingermann criticam essa abordagem pelo fato de que, embora seja atraente pela sua parcimônia, ela cria simplificações excessivas, falsos paradoxos de pesquisa e limita nossa compreensão da ação cidadã. Para esses autores, a abordagem sociopsicológica é mais produtiva, pois enfatiza a influência de recursos pessoais, atitudes e estruturas institucionais na explicação dos padrões de ação (por exemplo, Verba, Nie e Kim 1978; Verba, Schlozman e Brady 1995).

Nas últimas décadas, houve um intenso debate sobre a mudança sistemática dos níveis de participação política nas democracias ocidentais. Nos Estados Unidos, por exemplo, a participação eleitoral diminuiu desde a década de 1960, apesar do aumento do nível educacional e da prosperidade do país, o que ficou conhecido como o "paradoxo da participação". Putnam (2000) argumentou que a onda de declínio é parte de uma tendência mais ampla de queda do envolvimento social nas sociedades industriais avançadas. Resultaria de mudanças sociais como alterações nos padrões de trabalho das mulheres, aumento do uso da televisão, crescimento das cidades e diminuição de instituições sociais tradicionais. Essas tendências teriam levado a uma diminuição do capital social, ou seja, das habilidades e valores que facilitam a